

Tempo controverso

Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO

MARCOS CHOR MAIO

RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar as circunstâncias que levaram Gilberto Freyre a lutar pela incorporação tardia da cidade do Recife (PE) ao ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, patrocinado pela UNESCO no início dos anos 50. Além disso, faço uma reflexão acerca dos resultados da pesquisa realizada por René Ribeiro. Por meio da análise do contexto no qual emergem as primeiras críticas à obra de Freyre, procuro demonstrar que o sociólogo pernambucano esforçou-se para fortalecer o recém-criado Instituto Joaquim Nabuco (IJN), espaço privilegiado de institucionalização da sociologia freyreana e, a partir dele, estabelecer uma interlocução com os críticos à sua obra. Para isso, contou com a colaboração do médico-anropólogo René Ribeiro, que representava a combinação de tradições distintas, a saber: os estudos médico-sociais gestados em Recife, no começo dos anos 30, e a especialização antropológica sob a orientação de Melville Herskovits no final dos anos 40. Acrescente-se o fato de que mantinha contatos estreitos com o centro-sul do país, especialmente com a Escola Livre de Sociologia e Política. Nesse sentido, Gilberto Freyre se preparou para os embates com as ciências sociais institucionalizadas que colocavam em questão sua ensaística sociológica. O projeto UNESCO em Recife é um indicador preciso do tempo controverso.

UNITERMOS:
Gilberto Freyre,
René Ribeiro,
história das
Ciências Sociais
no Brasil,
relações raciais,
UNESCO.

No início dos anos 50, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil¹. O perfil da pesquisa resultou da associação bem-sucedida entre a tradição do pensamento social brasileiro de refletir sobre os destinos do país, os impasses do atraso, a herança colonial, assim como a busca incessante de inserir o Brasil no concer-

Pesquisador da Casa
de Oswaldo Cruz - Fun-
dação Oswaldo Cruz

to das nações modernas e, por sua vez, uma demanda externa, vinculada ao contexto pós-2ª Guerra Mundial, em que se procurava apreender experiências sociais que destoassem radicalmente do nazismo. Nesse sentido, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, convictos da sociabilidade positiva existente no Brasil, em matéria racial, uma espécie de anti-Alemanha nazista, ofereceram à UNESCO o que era considerada a singular experiência cultural brasileira. Em contrapartida, estes mesmos cientistas sociais, envolvidos com o exame dos males que assolavam o país, haviam assumido, como desafio intelectual, a questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. Eles estavam cientes de que certas demandas foram incluídas na pauta de discussões da agência internacional – como os temas da industrialização, educação e ciência – em regiões subdesenvolvidas. O sucesso desta negociação foi a base de sustentação do que se convencionou denominar “projeto UNESCO” (cf. Maio, 1998).

Gilberto Freyre exerceu influência significativa na “opção Brasil” realizada pela UNESCO. Na década de 1930, Gilberto Freyre foi o mais radical crítico do racismo, ideologia ainda presente em parte significativa de nossa elite erudita. Diferente da visão pessimista da produção intelectual brasileira de então, que concebia a maciça presença dos negros e a intensa miscigenação, características visíveis do composto racial brasileiro, como obstáculos à inserção do país na modernidade, Freyre enfatizava, em escalas semelhantes, a importância da ‘cooperação’ étnico-racial (portugueses, negros e índios) no plano da cultura na conformação de uma identidade nacional. Se antes a sociedade brasileira era condenada pela raça, com Gilberto Freyre ela, na verdade, estaria salva pela miscigenação, fruto de uma tradição legada pela herança ibérica.

Embora Freyre, em diversos momentos, lembre, em sua perspectiva dialética dos “antagonismos em equilíbrio”, da extrema violência nas relações entre brancos e negros produzida pela monocultura latifundiária escravocrata, a idéia prevalecente em *Casa-grande & senzala* é a da relativa confraternização entre as raças, selada pela miscigenação, que seria a marca de distinção da sociedade brasileira (cf. Araújo, 1994). A visão freyreana, a mais refinada interpretação do mito da democracia racial à brasileira, tornou-se um dos principais alicerces ideológicos da construção de uma identidade coletiva, na qual o passado não nos condenava. Ela foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional, em contraste, particularmente, com a negativa experiência racial norte-americana.

O prestígio de Freyre entre os anos 30 e 50 pode ser aquilatado pelas viagens ao exterior (conferências e seminários nos EUA e Europa), pela circulação de suas idéias (publicação de artigos e livros na Argentina, EUA e França) e pela participação em fóruns intergovernamentais (ONU, UNESCO). No entanto, o reconhecimento internacional foi acompanhado, especialmente a partir da segunda metade dos anos 40, pelas primeiras críticas à sua produção sociológica (cf. Castro Santos, 1990). Além disso, Gilberto Freyre vive no início dos anos 50 uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que sua

interpretação do Brasil, como país com lições de civilização a oferecer à humanidade, é fonte inspiradora para a política anti-racista da UNESCO, torna-se discurso intelectual (luso-tropicalismo) legitimador do Império Colonial Português (cf. Thomaz, 1996). Enfim, acredito que o projeto UNESCO possa ser visto como um momento privilegiado para se observar as contendas em torno da obra de Gilberto Freyre.

Este artigo tem por objetivo analisar as relações estabelecidas entre Gilberto Freyre e a UNESCO no contexto do desenvolvimento das pesquisas chanceladas pela agência internacional no Brasil. A inserção tardia de Pernambuco no projeto UNESCO deve-se ao interesse do sociólogo pernambucano de fortalecer institucionalmente o recém-fundado Instituto Joaquim Nabuco (IJN), espaço privilegiado de rotinização da sociologia freyreana e, a partir dele, criar uma interlocução com os críticos à sua obra. Acrescenta-se o fato de que a escolha do médico-antropólogo René Ribeiro, como responsável pela investigação em Pernambuco, representava a combinação de tradições distintas, a saber: os estudos médico-sociais gestados em Recife, no começo dos anos 30, a especialização antropológica de René Ribeiro sob a orientação de Melville Herskovits no final dos anos 40 e seus contatos com a Escola Livre de Sociologia e Política. Nesse sentido, Gilberto Freyre se preparou para os embates com as ciências sociais institucionalizadas que colocavam em questão sua ensaística sociológica. O projeto UNESCO em Recife é um indicador preciso do tempo controverso.

Gilberto Freyre e a UNESCO

Em setembro de 1950, Freyre saudava a decisão da 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em Florença. Ele registrava não apenas que o interesse político-científico pelo Brasil devia-se à “rara cordialidade” das relações raciais existentes no país, mas também observava que o valor dessa convivência multirracial era uma herança lusitana (cf. Freyre, 1950). Ao elogiar a UNESCO, Freyre realçava a sua própria produção intelectual, que desde *Casa-grande & senzala* destacava a importância do legado ibérico no processo de conformação cultural da sociedade brasileira (cf. Freyre, [1933]*1938).

No período de estruturação do projeto de pesquisa da UNESCO, Gilberto Freyre era conhecido pelo *staff* da organização internacional como “o mais conhecido sociólogo brasileiro”². Além da experiência universitária em Columbia, como aluno de Franz Boas e Franklin Giddings nos anos 20, Freyre, nas décadas de 30 e 40, foi professor-visitante e conferencista em universidades norte-americanas e européias. Sua inovadora e positiva visão acerca da sociedade brasileira foi divulgada em livros e revistas científicas no eixo transatlântico (Freyre, 1922, 1939, 1940, 1945, 1946, 1948). Em 1946, chegava ao público norte-americano o mais importante estudo de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* (*The masters and the slaves*).

Em julho de 1945, Freyre concluiu o prefácio de *The masters and*

* A data entre colchetes refere-se sempre à edição original da obra. Ela é indicada na 1ª vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (nota do Editor).

the slaves (1946). Nele, o autor interpreta o Brasil como uma espécie de anti-Alemanha nazista, afirmando que: “ao aceitarmos tal interpretação da história do Brasil como uma marcha em direção à democracia social, (...) somos incapazes de conceber uma sociedade com tendências mais opostas às da visão de mundo germânica” (Freyre, 1946, p. XIV).

O livro de Gilberto Freyre, *Brazil: an interpretation* (1945), conjunto de conferências pronunciadas na universidade de Indiana às vésperas do final da 2ª Guerra Mundial, exerceu enorme influência sobre o estudo comparativo desenvolvido por Frank Tannenbaum, *Slave and citizen: The negro in the Americas* ([1946] 1992). Para o historiador norte-americano, a herança ibérica se constituía numa variante do sistema escravocrata e com alguns traços positivos, quando comparada com a experiência norte-americana.

Em 1948, Freyre participou do fórum *Tensions that cause wars* patrocinado pela UNESCO (cf. Cantril, 1948). Fizeram parte do debate Max Horkheimer, George Gurvitch, Gordon Allport e outros. Freyre destacou no evento a importância da América Latina como uma região que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais (cf. Freyre, 1948, p. 149) em contexto de crescente avanço da Guerra Fria.

Logo após esse encontro internacional foi aventada a hipótese de Gilberto Freyre assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO³. O convite partiu do psicólogo social Hadley Cantril, coordenador do simpósio *Tensions That Cause Wars*, com a anuência do *staff* da organização internacional. Freyre não aceitou a proposta provavelmente porque na época estava envolvido, como deputado federal (UDN-PE), com o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco em Recife (cf. Freston, 1989). Em seu lugar ocupou o cargo, um ano depois, o médico-antropólogo Arthur Ramos.

Apesar do prestígio de Freyre, Pernambuco, em princípio, não havia sido incluído na pesquisa da UNESCO⁴. A Bahia era considerada a representação mais bem acabada não somente do Nordeste mas do Brasil (cf. Métraux, 1950; Maio, 1997a, cap. 2). Freyre registrou, com uma ponta de ironia, os méritos da Bahia. O sociólogo relata que:

[Alfred Métraux] falou-me da Cidade de Salvador com um entusiasmo que me fez perdoar seu desencanto imenso com o Recife (...). Fiquei contente em ouvir do sábio suíço: ‘não existe hoje na América cidade que se compare com Salvador’. (...) Salvador da Bahia é uma antecipação e um exemplo. Antecipação da convivência democrática, através da miscigenação. Exemplo de solução pacífica para os problemas de desajustamento, entre os homens, tantos deles causados pelos ódios de raça, de casta, de seita que quase não existem numa cidade não só de todos os santos como de todas as raças (Freyre, 1951).

A imagem da Bahia como um exemplo representativo do Brasil não

impediu que Gilberto Freyre, em agosto de 1951, tivesse um encontro em Paris com o antropólogo Alfred Métraux, chefe do Setor de Estudos Raciais do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, no qual expressou o desejo do Instituto Joaquim Nabuco vir a participar do projeto UNESCO⁵. O pleito de Freyre assegurava não apenas a continuidade administrativa e o início das pesquisas nos difíceis primórdios do IJN, mas também garantia que o legado freyreano não sofresse solução de continuidade em contexto de críticas e controvérsias.

Tempo controverso

As críticas à obra de Freyre se refletiram tanto no debate intelectual e político sobre o tema da identidade nacional quanto nas indagações que emergem da abordagem sociológica do autor de *Casa-grande & senzala* no âmbito acadêmico. Um dos exemplos mais ilustrativos do primeiro caso foi a polêmica em torno do artigo do jornalista, político, antropólogo e um dos mentores intelectuais da Universidade de São Paulo, Paulo Duarte, acerca do problema do preconceito racial em São Paulo.

Opositor ferrenho à era Vargas, Duarte aborda a ‘questão do negro’ em São Paulo como uma herança do Estado Novo. O populismo varguista teria estimulado a criação de associações negras de caráter reivindicatório que se traduziria, na verdade, em um racismo às avessas (Duarte, 1947, p. 5).

Paulo Duarte associa o governo de Getúlio Vargas com a obra de Gilberto Freyre e seus seguidores, criticando a “pequena sociologia do nordeste (...) [composta por] alguns romancistas que passaram a girar em torno da sociologia do Sr. Gilberto Freyre, agradável pela leveza, muitas vezes real mas em muitos pontos colorida da fantasia, pretende[ndo] impor um tipo brasileiro negro ou mulato como o único legítimo tipo brasileiro” (Duarte, 1947, p. 6).

Em oposição ao ‘equivocado’ freyreano de confundir o compósito étnico nordestino com o brasileiro, Duarte avalia que o país estaria longe de alcançar uma conformação definitiva da população, diante da capacidade de absorção de novas ondas migratórias. Indo além, Duarte afirma de modo categórico que “uma coisa porém existe e existe com absoluta nitidez: a deliberação marcada pelo consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não um país negro” (Duarte, 1947, p. 6). Ao definir um futuro tipo brasileiro, Duarte lembra o arianismo de Oliveira Viana, referência central das críticas de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*.

Face ao seu pensamento racialista, inspirado na ideologia do branqueamento, Paulo Duarte viu-se envolvido numa controvérsia. Por um lado, amigos e expressivos representantes da intelectualidade paulista como Vivaldo Coaracy⁶ e Sérgio Milliet, por outro, líderes do movimento negro e intelectuais nordestinos como José Lins do Rego e Rachel de Queiroz.

Coaracy e Milliet criticaram a “filosofia da mulataria” por considerá-la uma ideologia que não representava a realidade étnico-racial do país. Na parte Sul do Brasil a presença do imigrante branco de diversas origens nacio-

nais não poderia ser identificada com o Brasil mestiço. Nesse sentido, os constrangimentos que estariam sendo impingidos pelos “sociólogos nordestinos” só vinham a favorecer o surgimento de movimentos sociais negros. Os intelectuais paulistas reiteram a ausência de preconceito de cor no país e a presença, conforme atestaria Donald Pierson (1945), de uma “linha de classe”. Sérgio Milliet acredita que haveria uma vocação brasileira para a constituição de uma população branca, como se pode verificar na própria auto-identificação das pessoas, tendentes a se declararem brancas aos recenseadores. Como sugere Milliet: “Há entre nós, realmente, uma intenção de brancura, que sem chegar a constituir um preconceito é bastante forte para repelir uma política de valorização excessiva do mulato” (Milliet, 1947).

José Correia Leite, um dos líderes do movimento negro paulista à época, reagiu aos artigos afirmando que: “apavorado e lúgubre, tresandando a miasma do escravagismo, como um senhor antigo na casa grande (...) o Sr. Paulo Duarte veio do exílio com ranços de arianismo. Não conhece mais o seu Brasil mestiço” (Correia Leite, 1947). Em sua irônica resposta a Paulo Duarte, José Lins do Rego suspeita que o escritor paulista ataca Gilberto Freyre e sua suposta sociologia “nigro-romântica do Nordeste” por sentir saudades do “velho negro” da sociedade patriarcal. Lins do Rego alerta Paulo Duarte para o perigo de transformar os nordestinos em ‘bode-expiatórios’ na medida em que “não pode passear a sua chibante personalidade de branquíssima criatura, à vontade, sem que lhes perturbem as elegâncias parisienses os negros da praça do Patriarca, da rua Direita, e tantas outras ruas de São Paulo (...). Culpa não temos nós que haja negros em São Paulo (...). Paciência, meu branco” (Lins do Rego, 1947).

Atingida também pela afirmação de Paulo Duarte de que haveria uma “filosofia da mulataria”, a escritora Rachel de Queiroz enumera diversos exemplos de discriminação racial ocorridos em São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Contestando a crítica de que se estaria estimulando o crescimento do movimento negro, Queiroz afirma que “os filósofos da mulataria desejam justamente o contrário: acabar com essas ligas, com essas associações, integrar amplamente a população de cor na comunhão nacional, e acabar com quaisquer restrições que separem brancos de negros” (Queiroz, 1947).

Não deixa de ser uma ironia que o saudosista Paulo Duarte criticasse Gilberto Freyre, que também nutria certa nostalgia do passado da casa-grande. No entanto, Freyre considerava que o patriarcalismo da casa-grande tinha sido um dos elementos responsáveis pela formação do Brasil mestiço. Este retrato do Brasil não se coadunava com a visão de Duarte, que enxergava o Brasil pela São Paulo dos bandeirantes e dos imigrantes. Neste sentido, o “novo negro” e as mudanças na etiqueta das relações raciais ameaçavam a sua ‘utopia branca’. Duarte representava o preconceito contra o negro, característico das velhas famílias paulistanas (cf. Bastide, 1955, p. 124-127). Na verdade, Duarte resistia às mudanças ocorridas no Centro-Sul do país, onde se verifica a transição de uma sociedade escravocrata, patriarcal, para uma sociedade urbano-industrial, na qual o negro assumiria diferentes papéis so-

ciais. Enfim, no final dos anos 40, persistia a disputa pelo ideal da nacionalidade, no qual a definição do tipo brasileiro serviria de esteio.

No âmbito da sociologia acadêmica, as primeiras críticas a Freyre surgem na segunda metade dos anos 40. Antônio Cândido observa que Freyre envereda em sua obra para “o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo. Enamorado do seu ciclo cultural brasileiro, é levado a arquitetar um mundo próprio, em que combine o progresso com a conservação dos traços anteriores característicos” (Cândido, 1945, p. 39). O sociólogo Costa Pinto, ao analisar o livro do jornalista Mário Filho sobre a história do negro no futebol brasileiro, critica-o pela utilização de estilo modernista lembrando “Gilberto Freyre [que] quase [o] oficializou nos seus trabalhos sociológicos” (Costa Pinto, 1947, p. 182). Há uma reação nítida ao enfoque cultural de Freyre e ao seu estilo literário em detrimento do rigor na utilização da linguagem da sociologia inserida no mundo universitário.

Ainda que compartilhasse, em termos gerais, da visão gilbertiana sobre as relações raciais no Brasil, o sociólogo Donald Pierson, que teve papel decisivo no desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50, como professor e pesquisador da Escola Livre de Sociologia e Política, acaba por colocar em dúvida a natureza científica de algumas afirmações generalizantes presentes na obra. Em sua resenha à primeira edição norte-americana de *Casa-grande & senzala (The masters and the slaves)*, Pierson faz duas críticas ao trabalho de Freyre: a permanência de alguns conceitos de fundo biológico, como o de “instinto econômico”, prejudicando assim a análise sociológica do autor; e, em termos mais amplos, a tentativa de fazer do nordeste a representação do Brasil, quando, na verdade, existiriam “vários Brasis” (cf. Pierson, 1947, p. 609). No primeiro caso, Pierson já sugeria na época uma leitura mais atenta das relações entre biologia e teoria social na obra de Gilberto Freyre, indicando os limites da crítica do sociólogo pernambucano ao determinismo racial. Esse tema seria mais adiante retomado a partir do estudo da influência do neolamarckismo na obra de Freyre (cf. Araújo, 1994; Stepan, 1991; Maio, 1999). No segundo caso, Pierson antecipa os esforços de regionalização da obra de Freyre ocorridos principalmente a partir da década de 50 (cf. Sorá, 1998).

A sociologia acadêmica desenvolvida especialmente no Centro-Sul começa a questionar, por meio da pesquisa sistemática, a densa ensaística que vinha desde o final do século XIX. Embora a sociologia, enquanto disciplina autônoma, fruto da institucionalização das ciências sociais, continue a tratar de objetos como cultura indígena, folclore, religiosidade popular, etnias e raças – objetos esses tradicionalmente inscritos em obras de autores como Sylvio Romero, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre – esses temas acabam por ser repensados (cf. Ortiz, 1990, p. 165-166).

Gilberto Freyre, que cultivou a auto-imagem de “sociólogo-literato”, vê-se diante de um desafio à sua produção intelectual na medida em que sua trajetória profissional não lhe contemplou com herdeiros intelectuais ou

discípulos. Como observa Judice (1992) “o carisma de Freyre é um elemento mobilizador, mas o projeto não é mais o exercício intelectual solitário, envolve uma coletividade, a intelectualidade recifense, e solicita articulações políticas e busca não só admiradores fervorosos ou enlevados, mas aliados interessados” (p. 91). Foi nesse contexto que surgiu o IJN.

Os primórdios do Instituto Joaquim Nabuco

Com o fim do Estado Novo e a democratização do país após a Segunda Guerra Mundial, Gilberto Freyre candidata-se a deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), com o apoio de intelectuais e estudantes. Eleito em 1946, Freyre elaborou dois anos depois um projeto de lei que criava uma instituição de pesquisa em Pernambuco, aproveitando o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco. Não obstante sofrer alguns contratemplos com adversários do período estadonovista, como Etelvino Lins e Agamenon Magalhães, Gilberto Freyre mobiliza seu prestígio intelectual e político conseguindo assim a aprovação pelo Congresso Nacional da criação do IJN (cf. Jucá, 1991, p. 49-53)⁷.

Criado em julho de 1949, como órgão vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde, o IJN tinha dois objetivos centrais: 1) desenvolver pesquisas sociológicas sobre o padrão de vida dos trabalhadores rurais da região Nordeste, tendo em vista o melhoramento do nível social dessa população; 2) servir de “centro de treinamento em técnica de pesquisas sociológicas (...) para estudantes de universidades e escolas superiores e técnicas [do Nordeste]”⁸. Tratava-se do surgimento de uma instituição regional voltada não somente para um projeto de reforma social, questão obrigatória na época, mas que estivesse também atualizada com os programas dos grandes centros de ensino e pesquisa. Vale assinalar, em linhas gerais, a história da criação do IJN no contexto dos esforços de institucionalização das ciências sociais em Pernambuco.

A história das ciências sociais em Pernambuco poderia ser dividida em três períodos: 1º) a produção intelectual da Escola de Direito de Recife da segunda metade do século XIX até os anos 20 do presente século; 2º) os estudos sociológicos de Gilberto Freyre entre os anos 20 e 50; 3º) a sociologia dos anos 50, quando torna-se disciplina acadêmica e se incorpora ao trabalho sistemático de pesquisa no Instituto Joaquim Nabuco (cf. Souto-Maior, 1998, p. 2-3). Só em 1946 foi fundada a Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Apenas em 1950 surge o curso de ciências sociais, com a criação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (cf. Ribeiro & Hutzler, 1991, p. 69; Perruci, 1986, p. 509).

Gilberto Freyre, ciente das frágeis condições que ainda regiam a recém-criada universidade em Pernambuco e cioso do seu patrimônio intelectual produzido até então, funda uma instituição independente do sistema universitário. De qualquer modo, os anos iniciais do IJN sofreram as injunções da falta de previsão de recursos e estrutura burocrática adequada ao pleno funcionamento da instituição (cf. Jucá, 1991, p. 65-66; Freston, 1989, p. 326)⁹. Nesta ocasião,

houve uma tentativa de estreitar relações entre o IJN e a Escola Livre de Sociologia e Política sem maiores conseqüências¹⁰. Mais uma vez o prestígio de Gilberto foi o agente mobilizador de políticos, intelectuais e instituições internacionais para fazer deslanchar o IJN. Em março de 1951, sob o patrocínio da Divisão de Assistência Técnica da ONU, o sociólogo americano Olen Leonard desenvolveu pesquisa sobre habitação rural em zona tropical, tema de particular interesse para o IJN¹¹. No caso da UNESCO, os contatos iniciais entre as duas instituições ocorreram nos “anos heróicos” (Ribeiro, 1991, p. 159-164) no centro de pesquisas pernambucano. Ainda no primeiro semestre de 1951, há uma série de iniciativas por parte de representantes do IJN (o historiador José Antônio Gonsalves de Mello e o antropólogo René Ribeiro) no sentido de estreitar relações institucionais com a UNESCO¹². Em agosto do mesmo ano, Freyre esteve com Alfred Métraux em Paris e expressou o desejo de ver o IJN participando da pesquisa da UNESCO que estava sendo realizada no Brasil¹³. Na ocasião, Métraux sugeriu ao sociólogo que escrevesse um pequeno livro sobre as relações raciais no Brasil, que serviria de introdução às publicações resultantes do projeto UNESCO¹⁴.

No final do ano de 1951, Alfred Métraux esteve no Brasil para acompanhar o andamento das pesquisas do projeto UNESCO. Ao se encontrar com René Ribeiro, em Recife, ficou acertado o estudo da influência dos aspectos religiosos nas relações entre brancos e negros na cidade do Recife. Ribeiro investigaria com “uma atenção toda especial essa questão no seio de diferentes grupos religiosos (...) católicos, protestantes e setores dos cultos africanos”¹⁵. Cabe, neste momento, contextualizar a escolha de René Ribeiro por parte de Gilberto Freyre.

O encontro entre René Ribeiro e Melville Herskovits

Em 1931, René Ribeiro¹⁶ iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina de Pernambuco, onde já no segundo ano começou a trabalhar com o médico Ulysses Pernambucano, no Serviço de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco. Foi durante esse estágio na área de psiquiatria que Ribeiro teve maior contato com o enfoque de Ulysses Pernambucano sobre os aspectos sociais das doenças mentais, além de freqüentar a biblioteca da instituição, “então das mais completas, sobre psicopatologia, psicologia geral e experimental, serviço social, sociologia, antropologia e método de pesquisa (científica e social)” (Ribeiro, 1990, p. 20).

Parte significativa dos trabalhos elaborados por Ribeiro nos anos 30 foram dedicados ao problema do “menor” e da “delinqüência juvenil” (cf. Ribeiro, 1990, p. 20-21). Neste período, Ulysses Pernambucano e seus auxiliares estavam também envolvidos com investigações sobre os cultos afro-brasileiros, concebidos naquele momento como fenômenos psicopatológicos (cf. Ribeiro, 1963, p. 387). René Ribeiro lembra que ao “examinar clínica e psicologicamente a chefes, auxiliares, ‘médiuns’, procura[va] desvendar os mecanismos sociopsicológicos

da ‘possessão’ e dos estados de êxtase” (Ribeiro, 1990, p. 21).

Ao transformar os rituais dos grupos de culto afro-brasileiros em objeto de estudo, Ulysses Pernambucano conseguiu retirar o poder do aparato repressivo do Estado sobre esses grupos religiosos. Foi por ocasião do 1º Congresso Afro-brasileiro, em 1934, congresso este idealizado por Gilberto Freyre, que Ulysses Pernambucano incluiu na pauta de reivindicações do evento, a transferência da supervisão e autorização de funcionamento desses cultos para o recém-criado Serviço de Higiene Mental de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco (cf. Ribeiro, 1988, p. III). Assim, a ação repressiva dos cultos afro-brasileiros cedeu espaço para a pesquisa e o controle social da medicina, por meio da ‘militância’ de médicos psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

Esta atuação dos médicos pernambucanos guarda semelhança com o trabalho desenvolvido por Arthur Ramos tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. É importante lembrar que, nos anos 30, Ramos não apenas combateu a repressão aos cultos afro-brasileiros na mesma linha de pensamento e ação do “grupo do Prof. Ulysses Pernambucano” (Ramos, 1942, p. 327), mas também se dedicou, como René Ribeiro, ao estudo da “criança problema” (cf. Corrêa, 1982, p. 233-241). Essas afinidades entre os dois médicos-antropólogos no campo da medicina legal ou da psiquiatria *strictu sensu* na década de 30 revela a interface medicina/antropologia nesse período.

René Ribeiro esteve presente no 1º Congresso Afro-brasileiro. Aproximou-se, nessa época, de Gilberto Freyre cuja influência se revelaria por meio do então recém-publicado *Casa-grande & senzala* e pela leitura do clássico de Franz Boas, *The mind of primitive man*. No início dos anos 40, em pleno contexto estadonovista, estando a atuação na esfera pública em Pernambuco sob o controle férreo de Agamenon Magalhães, restavam apenas algumas brechas sob o domínio dos setores católicos sensíveis à questão social. René Ribeiro participou da criação da Escola de Serviço Social do Recife, instituição católica que se destacou pelos estudos e pesquisas voltados para as condições de vida das classes subalternas (cf. Hutzler, 1997, p. 4; Ribeiro, 1990, p. 21; 1984a, p. 88). Foi também nesse decênio que René Ribeiro entrou em contato com a obra de Donald Pierson (1945) sobre o padrão de relações raciais na Bahia e seu programa de divulgação de textos e livros das ciências sociais norte-americanas, especialmente da denominada Escola Sociológica de Chicago (Ribeiro, 1990, p. 22-23; Pierson, 1987, p. 52-55). A conversão definitiva à antropologia viria nos anos 40 a partir do contato com Melville Herskovits¹⁷.

O significado da obra de Herskovits está no desafio em tratar, por meio de diversas pesquisas etnográficas, a tensão entre o particular e o universal. Ele valorizou os diversos aspectos da cultura africana que permaneceram no processo de aculturação no “Novo Mundo” em suas investigações nos EUA, na África e na América Latina (cf. Jackson, 1986, p. 96-98)¹⁸.

Em setembro de 1941, Herskovits veio ao Brasil. Fez conferências no Rio de Janeiro, Salvador e Recife e desenvolveu uma pesquisa na Bahia, onde permaneceu por seis meses (cf. Azeredo, 1986, p. 129-130; Herskovits,

[1943] 1967, p. 394). A escolha da Bahia deveu-se à preservação não apenas dos “aspectos culturais oriundos da África mas também pela singularidade do ajustamento dos padrões africanos com as demandas de uma cidade moderna, como Salvador, com relativa ausência de dificuldades em conciliar estes dois estilos de vida” (Herskovits, 1943, p. 264).

A passagem de Herskovits por Recife causou certo impacto, por conta de sua visão sobre a possessão nos cultos afro-brasileiros como fato cultural e não patológico. Esse enfoque mudou a orientação dos estudos até então realizados e atraiu a atenção de René Ribeiro (cf. Ribeiro, 1963, p. 287).

Ribeiro e Herskovits estabeleceram uma “aliança defensiva e ofensiva” (cf. Motta, 1993, p. 235) na controvérsia entre o antropólogo norte-americano e o sociólogo Franklin Frazier sobre a influência do legado da cultura africana na sociedade brasileira. Frazier também encontrava-se no Brasil no início dos anos 40 (cf. Hellwig, 1991, p. 88; Merriam, 1964, p. 86).

À semelhança de Donald Pierson, Frazier foi influenciado pela teoria do ciclo das relações raciais, desenvolvida por Robert Park. Esta concebia que a interação entre negros e brancos respeitava um padrão seqüencial sempre que diferentes etnias entravam em contato. Em princípio, um processo de competição seguido pelo conflito, desdobrando-se na acomodação até chegar finalmente à assimilação (cf. Pierson, [1945] 1968, p. 191-219). No caso brasileiro, a intensa miscigenação da população, a crise da família patriarcal e a mobilidade social da população negra, especialmente com a nova dinâmica urbano-industrial, fariam com que a tradição do candomblé, ainda presente, viesse a se transformar em folclore. A população negra de Salvador estaria se assimilando à cultura luso-brasileira (cf. Frazier, 1942, p. 478).

Herskovits reagiu ao artigo de Frazier afirmando que qualquer estudo antropológico revelaria os traços africanos na cultura brasileira pela persistência de determinados aspectos da indumentária, alimentação, religião, música, língua, estrutura familiar e papéis sexuais (cf. Herskovits, 1943; 1967). Um dos aspectos da controvérsia foi a crítica que Herskovits fez a Frazier quando este considera que as famílias baianas, especialmente as mais pobres, viveriam sob frágeis controles institucionais, assumindo o caráter de “organização natural” (cf. Frazier, 1942, p. 477). O pomo de discórdia é a prática cultural do amasiamento que, segundo Herskovits, teria suas raízes na tradição poligâmica africana.

René Ribeiro se insere no debate entre Frazier e Herskovits, reforçando as posições desse último, ao tratar especificamente da natureza das uniões conjugais denominadas amasiamento. Com base em dados de duas pesquisas realizadas em Pernambuco nos anos de 1939 e 1943, Ribeiro verifica que este fenômeno seria visto como uma união conjugal legítima e submetida a sanções morais. Além disso, reitera posição de Herskovits de que o amasiamento representa uma variante da monogamia legal e religiosamente sancionada, oriunda da poliginia africana (cf. Ribeiro, 1945, p. 50).

Ribeiro verifica que o grande número de escravos oriundos de uma re-

gião na qual prevalecia a cultura iorubá e daomeana e onde a poligamia era comum (Ribeiro, 1945, p. 51) poderia tornar inteligível o amasiamento como um processo aculturativo, em que uma tradição africana se adapta ao padrão cultural ocidental do casamento monogâmico, tendo por base determinadas práticas sociais e culturais construídas ao longo da escravidão, do patriarcalismo, da miscigenação, e facilitando assim a união entre pessoas de níveis econômico-sociais distintos.

O trabalho de René Ribeiro foi traduzido por Herskovits e publicado em uma das mais importantes revistas na área das ciências sociais norte-americanas (*American Sociological Review*), dois anos após a controvérsia entre Herskovits e Frazier. O artigo não apenas procurou reforçar as teses de Herskovits a respeito da influência da cultura africana em solo brasileiro como também contribuiu para que Ribeiro ganhasse maior prestígio, acabando por ser convidado a realizar o curso de mestrado na universidade de Northwestern nos anos de 1948 e 1949.

Nos EUA, Ribeiro procurou conciliar seus interesses em psiquiatria e antropologia, privilegiando o estudo das relações entre cultura e personalidade (cf. Ribeiro, 1984a, p. 21). Em sua tese de mestrado (*Os grupos de culto afro-brasileiros de Recife: um estudo de ajustamento social*, 1949), Ribeiro associa sua experiência de pesquisa como médico psiquiatra com os cultos afro-brasileiros, sob a direção de Ulysses Pernambucano, e o treinamento antropológico adquirido na universidade de Northwestern, sob a orientação de Herskovits. Ribeiro faz uma investigação de caráter etnográfico sobre a estrutura, o sistema de crenças e os rituais do Xangô do Recife. Ribeiro, em perspectiva funcionalista, considera que o Xangô contempla diversas questões relativas ao ajustamento sociocultural do indivíduo como se observa na seguinte passagem:

O funcionamento dos cultos afro-brasileiros e a participação e familiaridade com o sistema de crenças e rituais aí prevalentes, oferece ao indivíduo, especialmente ao pertencente a certas categorias econômico-sociais, no Nordeste do Brasil, alternativas de comportamento e de atitude ante o sobrenatural que vêm sendo incorporadas à nossa subcultura regional desde os primórdios do povoamento, beneficiando de preferência a pessoas colocadas nos baixos escalões da hierarquia social (...)

[Os grupos de culto afro-brasileiro] fornecem ainda aos indivíduos que deles participam, sem que lhes seja necessário repudiar os demais valores e estilos da cultura luso-brasileira, um sistema de crenças e um tipo novo de relações interpessoais amplamente favorável à redução de tensões (Ribeiro, [1952] 1978, p. 141-144).

Portanto, a presença dos traços culturais africanos na cultura bra-

sileira não redundou na ênfase no particularismo, como foi concebido nos EUA entre os anos 40 e 60 (cf. Jackson, 1986) mas, pelo contrário, como se observa pela análise de Ribeiro, em uma forma de incorporação de negros e mulatos à sociedade local.

René Ribeiro e a Pesquisa da UNESCO

Ao retornar ao Brasil, René Ribeiro participou dos primórdios do Instituto Joaquim Nabuco. Foi na condição de chefe do Departamento de Antropologia do IJN que o antropólogo se inseriu no projeto UNESCO. O objetivo de René Ribeiro era verificar a influência da religião na definição de determinado padrão de relações raciais no Nordeste e, particularmente, em Pernambuco. Embora o mesmo ramo de cristianismo tenha vingado tanto no Brasil quanto na América Latina como um todo, as relações raciais se apresentavam de modo diverso, especialmente no que tange à miscigenação (cf. Ribeiro, 1956, p. 32).

Ribeiro revisita a nossa história social inspirando-se em Gilberto Freyre e apresenta o processo de conformação das relações raciais na sociedade colonial, agrária, escravocrata, constituída de diversos agrupamentos étnicos, na qual, de maneira distinta da experiência colonial espanhola e norte-americana, a miscigenação foi predominantemente praticada e tolerada. Para analisar tal fenômeno, Ribeiro retoma os argumentos de *Casa-grande & senzala*, a saber: a frágil presença de uma idéia de raça entre os colonizadores portugueses, o regime escravocrata e patriarcal, a escassez de mulheres brancas e a existência de um catolicismo, de corte lusitano, flexível, tolerante e incorporador das tradições religiosas ameríndias e africanas, bem distinto do catolicismo hispânico no Novo Mundo, que chegou a instalar, em caráter permanente, tribunais do Santo Ofício em suas colônias, fortemente hierarquizadas social e etnicamente.

Todavia o significado positivo da miscigenação não cancelava o peso da escravidão como regime de exploração que se alastrou pelo Novo Mundo. Nesse sentido, houve uma integração seletiva dos negros respeitando uma hierarquia no próprio regime escravocrata, em que, por exemplo, os escravos das casas-grandes eram mais bem aceitos que os escravos do eito. Ribeiro revela a existência de preconceitos no Brasil colônia, como a proibição da entrada de negros e mulatos em determinadas ordens religiosas e a formação de organizações no interior da Igreja que tinham por função exercer atividades filantrópicas a favor dos negros, como foi o caso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário (cf. Ribeiro, 1956, p. 66-67).

Seguindo a linha de reflexão de Gilberto Freyre, Ribeiro observa que o declínio do sistema patriarcal, com o crescimento da urbanização, especialmente a partir do século XIX, resultou no florescimento de tensões sociais por força de um distanciamento entre brancos e negros anteriormente inexistente no universo da casa-grande. Esta tensão se expressava, entre outras razões, pelas possibilidades de ascensão social dos negros e, particularmente, dos mulatos (cf. Ribeiro, 1956, p. 72-77).

A abolição da escravidão no final do século XIX não correspondeu a mudanças substantivas no modelo econômico vigente, impedindo assim a passagem de uma estrutura social fortemente hierarquizada, lembrando uma sociedade de castas, para uma sociedade de classes. Com isso, o sistema monocultor e latifundiário limitava a mobilidade social, restringindo a formação de uma classe média, a criação de um mercado interno e a possibilidade de um salto qualitativo no embrionário processo de industrialização. Apesar da ausência de barreiras explícitas à mobilidade social de negros e mulatos, ela ocorre de modo limitado, dadas as condições econômico-sociais vigentes (cf. Ribeiro, 1956, p. 97). Assim, nas palavras de René Ribeiro, “miscigenação, aculturação e patriarcalismo cristão [foram os] fatores que preveniram entre nós o desenvolvimento de uma ideologia racial fixada” (Ribeiro, 1956, p. 98).

No terceiro capítulo, o autor aborda a situação das relações entre negros e brancos nos anos 40 e 50 do século XX em Pernambuco. Esse quadro se caracteriza pela “seletividade da miscigenação” sem a presença de segregação racial. A tensão nos intercursos étnico-raciais adquire maior visibilidade na relação entre os sexos e nas estratégias de preservação do *status* social. Dessa maneira, a possibilidade de negros casarem-se com pessoas das classes média e alta é limitada devido à reação negativa desses estratos sociais. Cabe destacar que, também nas camadas populares, as interações raciais poderiam sofrer o interdito na medida em que, de algum modo, pudesse ameaçar o *status* social da família. No entanto, René Ribeiro retoma um aspecto singular no processo de miscigenação: trata-se da mancebia. Ela ofereceu, em especial, às mulheres não-brancas uma alternativa ao casamento cristão (cf. Ribeiro, 1956, p. 113-114).

Os diversos constrangimentos que surgem das associações entre cor e classe social, segundo Ribeiro, sofrem uma espécie de regulação informada por uma “etiqueta de raças” (Ribeiro, 1956, p. 136). Ela inibe a manifestação aberta de preconceito (cf. Ribeiro, 1956, p. 143-144). Há uma interdição cultural que ameniza possíveis manifestações com base em estereótipos étnico-raciais. Por fim, opera-se no Nordeste um deslocamento do preconceito de raça para o de cor que, por conta do passado escravocrata, é associado à classe baixa e, com isso, os indivíduos com atributos mais nítidos de cor, como é o caso dos negros, tendem a ser inferiorizados na estrutura social (cf. Ribeiro, 1956, p. 145).

No quarto capítulo, René Ribeiro utiliza a escala de distância social do sociólogo Emory Bogardus (cf. Ribeiro, 1956, p. 155) para aferir a influência da religião nos comportamentos associadas à raça. A amostra pesquisada contemplou grupos religiosos e leigos pertencentes, em geral, aos setores médios e superiores da sociedade, onde a maioria das pessoas é branca (cf. Ribeiro, 1956, p. 157). A análise dos resultados demonstra que as variáveis idade, *status*, posição socioeconômica e religião não interferem na presença de certo nível de preconceito de cor entre as pessoas consultadas (cf. Ribeiro, 1956, p. 186). René Ribeiro verificou ainda as atitudes e os preconceitos dos

grupos pesquisados com referência a diversas nacionalidades, segmentos étnicos e grupos regionais. Cabe registrar que, afora o elevado nível de preconceito de cor contra negros e mulatos, destacou-se forte incidência de preconceitos anti-semitas (cf. Ribeiro, 1956, p. 202-204).

No último capítulo, Ribeiro considera que a pesquisa em torno do catolicismo e do protestantismo, eliminando as variáveis histórica, social, econômica e cultural que influenciaram na formação das sociedades no Novo Mundo, impossibilita qualquer juízo definitivo acerca da responsabilidade desses dois ramos do cristianismo na caracterização de determinados padrões de relações raciais nas respectivas sociedades. Neste sentido, adquirem maior relevância as diversas circunstâncias em que se realizam os contatos étnico-raciais (cf. Ribeiro, 1956, p. 206).

Ao concluir *Religião e relações raciais*, René Ribeiro afirma que a sociedade nordestina encontra-se em processo de transição na medida em que ainda não houve a passagem definitiva de um sistema agrário, patriarcal, monocultor, envolto por um catolicismo 'adocicado', para uma economia mais dinâmica e aberta, própria às sociedades industrializadas. Esta sociedade em mudança revela um quadro de expressivas divisões étnico-raciais e de distâncias sociais. O peso do passado escravocrata se reflete em uma miscigenação seletiva. A divisão de classes se caracteriza por um determinado padrão de clivagens raciais, na qual predominam negros e mestiços escuros nos segmentos mais baixos da estrutura social e mestiços claros e brancos nas camadas superiores. Nos estratos médios e superiores da sociedade se apresentam de forma mais acentuada o preconceito contra negros e mulatos, com base "em estereótipos referentes à inferioridade racial e cultural dos negros e caracterizando-se pelas resistências opostas à miscigenação" (Ribeiro, 1956, p. 231). Contudo, atributos sociais (educação, renda, *status*) são capazes de superar a linha de cor. Neste caso, verifica-se que o preconceito de cor não se constitui, em Recife, em um objeto de interesse e/ou preocupação constante da sociedade, à medida que a "etiqueta de raças" tende a encobrir situações de tensão étnico-raciais. Enfim, religião é variável dependente, associada à classe, *status* e poder, respeitando o processo de constituição da sociedade brasileira.

O trabalho de René Ribeiro está centrado na questão do preconceito, seja por meio da formação histórica, seja através da situação contemporânea. Observa-se que o principal objetivo do autor foi verificar as atitudes de diversos grupos sociais face às diferentes nacionalidades e etnias. O trabalho acaba por revelar dados importantes acerca da intensidade do preconceito e da discriminação racial em Recife, comparando os resultados com outras regiões e países.

O autor afirma que o preconceito contra os não-brancos ocorre principalmente nas camadas médias e superior da sociedade, com base em estereótipos que são introjetados no processo de socialização. No entanto, René Ribeiro considera que a miscigenação torna-se um mecanismo compensatório, de suavização dos atributos raciais negativos. Acrescente-se o fato de que o tipo de catolicismo vigente no Brasil contribui para a geração

de constrangimentos face a qualquer ato considerado racista. Isso facilita a mobilidade de mulatos e negros.

A pesquisa de René Ribeiro reafirma a especificidade da experiência brasileira em matéria étnico-racial, valorizando assim a obra de Gilberto Freyre e a importância da cultura ibérica. Ela incorpora uma nova questão à produção acadêmica de René Ribeiro, a saber, as relações raciais. Embora o tema da aculturação já estivesse presente nos trabalhos do antropólogo, por meio de investigações etnográficas, o estudo da UNESCO combinou história, antropologia e sociologia¹⁹.

O Projeto UNESCO e o legado de Gilberto Freyre

O estudo de René Ribeiro serviu para dar maior visibilidade ao Instituto Joaquim Nabuco e à preservação do legado de Gilberto Freyre. De algum modo, atualizou certas reflexões do mais consagrado sociólogo brasileiro à época, servindo de contraponto às críticas ao trabalho de Gilberto Freyre, que começavam a ser recorrentes no Sudeste do Brasil.

O extenso prefácio de Gilberto Freyre, escrito em 1954, à edição de *Religião e relações raciais* (1956), produto final da pesquisa do médico-antropólogo René Ribeiro, representa uma tomada de posição frente às investigações em curso nos anos 40 e 50, e uma releitura da história das ciências sociais no país. Na verdade, o sociólogo pernambucano vê com desconfiança as interpretações que surgem a partir do novo grupo de cientistas sociais. Eles questionavam o ineditismo do legado das interpretações que precederiam a emergência dos sociólogos formados nos cursos de ciências sociais a partir da década de 30. Freyre critica a ortodoxia metodológica da sociologia acadêmica (cf. Freyre, 1956, p. 6), especialmente a produzida em São Paulo pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Chega a ser irônico com Donald Pierson, denominando-o “sociólogo didático” (Freyre, 1956, p. 5). Pierson havia levantado algumas indagações, como vimos, a respeito de certa ambigüidade de Freyre acerca das relações entre raça e cultura. Além disso, colocou em dúvida os esforços de generalização da análise da experiência social do universo da casa-grande.

Freyre reitera a originalidade de sua obra, que a despeito de não se enquadrar em determinados perfis teórico-metodológicos, identifica-se com os cientistas sociais que guardam um compromisso com a imaginação sociológica e que estejam munidos de uma aguçada sensibilidade, lembrando a do artista, capaz de contemplar a complexidade social (cf. Freyre, 1956, p. 7).

Atento às críticas à sua ensaística, Freyre afirma a condição de sociólogo, respaldando-se em recentes trabalhos publicados nos EUA, que ressaltam a importância da interface literatura/ciências sociais, particularmente no caso dos estudos sobre preconceito racial. Seria um caminho mais rico, que abriria um campo de novas possibilidades para a inteligibilidade da realidade social (cf. Freyre, 1956, p. 7-8).

É nesse sentido que aqueles que consideram sua obra “impressionista”,

“pitoresca”, “anedótica”, críticas comumente encontradas nas obras dos sociólogos Costa Pinto (1953) e Guerreiro Ramos (1954), seriam incapazes, segundo Freyre, de perceber que os *insights*, a aguçada percepção, o impressionismo, ou mesmo, a “sensibilidade ao pitoresco” seriam elementos que poderiam abrir férteis caminhos para a sociologia acadêmica (Freyre, 1956, p. 8-9).

Mas não é apenas contra a ‘sociologia carioca’, “sociologia polêmico-jornalística” (Freyre, 1956, p. 25), referência indireta ao conflito entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos acerca do tema das relações raciais (cf. Maio, 1997b, p. 127-158), que Freyre se posiciona no campo das ciências sociais. Na introdução à série de artigos publicados pela revista *Anhembi* sobre a pesquisa da UNESCO realizada em São Paulo, Duarte havia reivindicado a precedência de São Paulo no desenvolvimento institucional das ciências sociais no Brasil. A seu ver “a investigação sociológica no Brasil cientificamente orientada, não esquecendo das tentativas individuais de Oliveira Viana e Gilberto Freyre, nasceu com o Departamento de Cultura de S. Paulo [...]. A seguir vieram os grupos da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, do Museu Paulista [...]” (Duarte, 1953, p. 435). Gilberto apresenta uma outra versão da história das ciências sociais no Brasil (cf. Freyre, 1956, p. 15) diferenciando-se nitidamente da tradição paulista.

Freyre destaca a primazia dos estudos sociológicos elaborados na primeira cadeira de Sociologia estabelecida no Brasil na Escola Normal de Recife, em 1928. Seu roteiro histórico passa pelo movimento regionalista pernambucano, pela influência da psiquiatria social de Ulysses Pernambucano, pela realização do 1º Congresso Afro-brasileiro e pelo círculo de intelectuais nordestinos (Olivio Montenegro, Luiz Jardim, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Manuel Bandeira e outros). Ao citar fatos e personagens, Freyre revela os múltiplos caminhos que as ciências sociais trilharam na confluência com a medicina, literatura e artes plásticas voltadas para a vida regional (cf. Freyre, 1956, p. 13-14)²⁰.

Vale destacar a importância dada por Freyre ao relacionamento com Arthur Ramos na sua experiência de ensino na Universidade do Distrito Federal (UDF), como diretor do Departamento de Ciências Sociais e professor de Sociologia e de Antropologia Social e Cultural, no intervalo entre 1935 e 1938. Ele assume a responsabilidade pela conversão de Arthur Ramos à antropologia cultural, por conta de suas críticas aos “excessos psicanalíticos de então, de algum modo corrigidos pouco tempo depois não só pelos seus excessos marxistas como pela sua iniciação – data dessa época – nos estudos de sociologia e antropologia em língua inglesa” (Freyre, 1956, p. 12).

O contexto dos estranhamentos entre Gilberto Freyre e Arthur Ramos é bastante significativo. Ramos foi, sem dúvida, o principal responsável pela criação da denominada “escola Nina Rodrigues”. O resgate da obra do médico maranhense acrescido do valor atribuído à “questão do negro” nos anos 30 são dois aspectos que se somam à visibilidade adquirida por Arthur Ramos. Por seu lado, Freyre havia se consagrado com a sua obra maior, *Casa-grande & senzala*, publicada no final do ano de 1933. Como observa Corrêa

(1982, p. 230), os dois intelectuais disputavam a primazia e/ou originalidade na análise da presença do negro na sociedade brasileira naquele período. No final dos anos 40, eles foram convidados a assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO.

Na versão freyreana da história das ciências sociais no Brasil, o projeto UNESCO exerce papel de relevo. Isto fica evidente na inclusão tardia de Recife no ciclo de pesquisas. Segundo o relato de Gilberto Freyre,

quando em 1950, verifiquei entre antropólogos e sociólogos, alguns talvez tendenciosos, encarregados pela UNESCO de realizar no Brasil um inquérito sobre relações entre raças, o propósito de excluir-se de participação ativa no mesmo inquérito o Recife, onde já florescia um instituto de pesquisas sociais especializado no estudo da região – o Instituto Joaquim Nabuco [IJN] – protestei em Paris, com a maior veemência, junto ao sábio Professor Alfred Métraux, contra o absurdo: não se compreendia no Brasil um inquérito daquela espécie que prescindisse da colaboração dos novos pesquisadores do [IJN] (Freyre, 1956, p. 18)²¹.

Para completar a justificativa à entrada de Recife na pesquisa da UNESCO, Freyre ressalta a sintonia do Instituto Joaquim Nabuco com as ciências sociais modernas. É interessante observar que Freyre contrapõe a suposta presença de “antropólogos e sociólogos tendenciosos” na investigação promovida pela UNESCO à existência, em Recife, de um centro de pesquisas que contava em seus quadros com cientistas sociais treinados em universidades norte-americanas (Gilberto Freyre e René Ribeiro). Na verdade, Freyre estava preocupado em preservar um legado intelectual, em novo momento do desenvolvimento das ciências sociais.

A suspeita levantada por Freyre quanto à isenção da pesquisa da UNESCO não se limita às questões metodológicas. Ela se refere também às indagações sobre a sua crença de que haveria uma democracia racial no Brasil. Ao se defender contra aqueles que o incluíam na lista dos “sociólogos ou antropólogos apenas líricos para quem não houve jamais entre os portugueses, nem há entre brasileiros, preconceito de raça sob nenhuma forma” (Freyre, 1956, p. 21), Freyre recusa a leitura de sua obra como idealização de uma convivência harmoniosa étnico-racial no Brasil. A seu ver,

quase sempre, e continua a ser, esse preconceito [de raça] mínimo entre portugueses – desde o contato dos mesmos com os negros e da política de assimilação, do Infante – e brasileiros, quando comparado com as suas formas cruas em vigor e entre outros grupos. O que daria ao Brasil o direito de considerar-se avançada democracia étnica como a Suíça se

considera – e é considerada – avançada democracia política, a despeito do fato, salientado já por mais de um observador, de haver entre os suíços não raros seguidores de Maurras em suas idéias políticas de antidemocracia (Freyre, 1956, p. 21-22).

Para Freyre, a democracia racial à brasileira seria uma espécie de tipo ideal weberiano. A presença de elementos empíricos que não se coadunam com as características elegidas para a construção do tipo não negam o rendimento analítico do conceito (de democracia racial); na versão freyreana evidências de racismo não descaracterizariam a tradição cultural que informaria as interações sociais no Brasil. Neste sentido, a pesquisa de René Ribeiro guardaria uma tensão entre os argumentos histórico-sociológicos freyreanos e a riqueza do trabalho etnográfico, no qual emerge uma enorme variedade de situações de preconceito e discriminação racial em Recife.

No plano da história das ciências sociais no Brasil, na versão de Florestan Fernandes ([1956] 1977), Gilberto Freyre só teria importância na primeira fase da Sociologia enquanto “investigação positiva”, perdendo relevância no período da “investigação de campo”, do “adestramento sistemático” (p. 41-42), que indicariam uma nova etapa do trabalho sociológico. No campo dos argumentos histórico-sociológicos que redundaram em sua interpretação otimista da sociabilidade brasileira, em matéria racial, Freyre tornou-se objeto de inúmeras críticas, especialmente a partir do projeto UNESCO, por reiterar o mito da democracia racial brasileira. De qualquer forma, nos anos 50, Gilberto Freyre não mediu esforços na consolidação do Instituto Joaquim Nabuco (atual Fundação Joaquim Nabuco) para preservar seu legado em tempo controverso, de intensas mudanças, com a especialização e profissionalização do trabalho intelectual, características cada vez mais vigentes no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

Recebido para publicação em dezembro/1998

Notas:

¹ Sobre o ciclo de pesquisas sob a chancela da UNESCO, cf. Wagley *et alii* (1952); Azevedo (1953); Costa Pinto (1953); Bastide e Fernandes (1955); Nogueira (1955); Ribeiro (1956); Maio (1997a).

² Métraux, Alfred & Coelho, Ruy. “Suggestions for research on race relations in Brazil”, p. 10, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.

- ³ Hadley Cantril sondou informalmente Gilberto Freyre sobre a viabilidade do sociólogo brasileiro vir a tornar-se diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Em sua carta a Freyre, Hadley Cantril informava ao sociólogo que considerava de suma importância a escolha “de um diretor que tenha reputação no campo, maturidade e todas as outras qualificações que você conhece melhor do que eu” (Carta de Hadley Cantril a Gilberto Freyre, 13/08/1948, 1 p., Arquivo do Instituto Gilberto Freyre). Cantril recebeu uma carta de Gilberto Freyre com a exposição de motivos da recusa em aceitar o convite (Carta de Hadley Cantril a Gilberto Freyre, 21/09/1948, 1 p., Arquivo do Instituto Gilberto Freyre). Não foram encontradas as cartas de Gilberto Freyre a Hadley Cantril.
- ⁴ Métraux, Alfred. “Rapport au Directeur Général sur mission au Brésil (16 nov. – 20 déc. 1950)” p. 1-10, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323. 1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.
- ⁵ Métraux, Alfred. “Rapport au Directeur Général sur mission au Brésil”, 29 octobre au 12 décembre 1951, p. 1, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323. 1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.
- ⁶ *O Estado de S. Paulo*, 6/5/1947. Bastos (1988) foi o primeiro trabalho que me chamou a atenção para a riqueza desta controvérsia. Encontrei uma série de recortes de jornais a respeito do tema, que são mencionados neste artigo, no Fundo Paulo Duarte. Série: Produção Intelectual (Negros). PI 08. Campinas, UNICAMP/Arquivo Central-SIARQ
- ⁷ Sobre a pré-história do IJN, ver: (Jucá, 1991; Freston, 1989; Menezes, [1944] 1991).
- ⁸ “O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social”, in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*, vol. 1, nº 1, 1952, p. 113.
- ⁹ Em carta a Levy Cruz, René Ribeiro apresentava um cenário sombrio do IJN, ou seja: “O Instituto Joaquim Nabuco continua em crise. Empenhado em obter a criação da organização, Gilberto Freyre ou por inexperiência ou pelas resistências encontradas, omitiu detalhes burocráticos importantes quais sejam, a formação regular de quadro de funcionários subalternos (datilógrafos, serventes, motoristas, bibliotecários, assistentes, etc.). (...) Não fora a vinda pela U. N. do sociólogo Olen Leonard (para pesquisa sobre habitação rural) e meu contrato recente com a UNESCO (para pesquisa sobre relações raciais) estaria desde junho do ano passado de portas fechadas”. Carta de René Ribeiro a Levy Cruz, 11/01/1952, p. 1, Arquivo da Família de René Ribeiro.
- ¹⁰ Em carta a René Ribeiro, Donald Pierson registra uma situação ambígua vivida por ele em relação ao IJN: “Aconteceu uma coisa que me *estranhou* bastante. Em 9 de novembro do ano passado, J. A. Gonsalves Mello escreveu-me pedindo a minha colaboração no preparo de pesquisadores que iam trabalhar para o Instituto Joaquim Nabuco. A minha resposta foi de que, em vez de conferências e aulas – as quais, na minha opinião, tem pouco valor permanente – eu podia oferecer meus serviços no sentido de treinar alguns pesquisadores na própria realização de pesquisas, usando para tal uma comunidade pernambucana, em conjunto com o programa de pesquisas que tinha no Vale do São Francisco, e isso sem ônus para o Instituto. Na carta seguinte, lamentou ele não poder aceitar esta oferta, uma vez que os propósitos do Instituto Joaquim Nabuco visavam áreas rurais. Numa nova carta minha para ele estranhei a sua resposta, uma vez que o programa de pesquisas em questão, isto é, o do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, que dirijo no Brasil, visava *apenas* zonas rurais. Essa última carta, porém, parece, não mereceu resposta” (Carta de Donald Pierson a René Ribeiro, 06/09/1951, p. 2. Arquivo da Família de René Ribeiro). Não se sabe as razões que fizeram o IJN, em tempos difíceis, não concluir um acordo com a ELSP. Caberia especular sobre as relações entre Gilberto Freyre e Donald Pierson após as críticas de 1947. De qualquer modo, René Ribeiro manteve boas relações com Donald Pierson até o momento em que o sociólogo norte-americano se viu forçado a deixar de residir de forma permanente no Brasil, em 1954, devido a uma longa doença contraída em trabalho de campo (vírus do *herpes zoster*).
- ¹¹ “O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social”, in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*, vol. 1, nº 1, 1952, p. 113-114.
- ¹² José Antonio Gonsalves de Mello, primo de Gilberto Freyre e primeiro diretor do IJN, em carta a Alfred Métraux, apresenta as finalidades da instituição pernambucana e propõe

formas de colaboração entre as duas organizações. Aproveita a oportunidade para convidá-lo, em nome de Gilberto Freyre, a proferir uma conferência no IJN por ocasião de sua próxima visita ao Brasil. O médico-antrópologo René Ribeiro, o primeiro diretor do setor de antropologia do IJN, endereça uma carta a Alfred Métraux elogiando a publicação das atividades da UNESCO no campo da antropologia e revela especial interesse pelos estudos africanos. Ribeiro solicita a Métraux a inclusão do IJN entre as instituições a serem beneficiadas pela remessa de publicações da UNESCO. Por sua vez, Métraux prontamente aceita o convite de Gilberto Freyre, demonstrando interesse em estreitar relações com o centro de pesquisas e remete alguns exemplares da série “La question raciale devant la science moderne”. Informações extraídas da seguinte correspondência: carta de Alfred Métraux a René Ribeiro, 21/06/1951, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323. 1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives. Carta de René Ribeiro a Alfred Métraux, 4/06/1951. Arquivo da família de René Ribeiro.

¹³ Métraux, Alfred. “Rapport sur mission au Brésil, 29 octobre au 12 décembre 1951”, p. 1, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323. 1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.

¹⁴ Carta de Alfred Métraux a Melville Herskovits, 10/08/1951, p. 3, in *Statement on Race*. REG file 323. 12 A 102. Part II (Box REG 147), UNESCO Archives.

¹⁵ Métraux, Alfred. “Rapport sur mission au Brésil, 29 octobre au 12 décembre 1951”, p. 2, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323. 1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.

¹⁶ René Ribeiro (1914-1990) nasceu em Recife. Seu pai, o médico sanitaria Jefferson Firmino Ribeiro, formou-se em medicina na Bahia e especializou-se em doenças infecciosas (cf. Ribeiro, 1984a, p. 28). René Ribeiro estudou no Colégio Marista. Parece que a experiência em um educandário católico não deixou marcas em sua trajetória pessoal e intelectual. Julgava-se um ateu ou, como diria mais tarde, “um empirista racionalista” (Ribeiro, 1984b, p. 17).

¹⁷ O antropólogo norte-americano Melville Herskovits (1895-1963) foi um dos mais destacados antropólogos da denominada escola boasiana. No contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, Boas e seus alunos assumiram a espinhosa tarefa de abordar os temas da raça e da etnicidade nos EUA em contexto de intensa discriminação contra negros e imigrantes. Para enfrentar tal missão, Boas acionou duas conflitivas estratégias: uma, de caráter universalista/assimilacionista, a outra, de natureza particularista/pluralista. A primeira delas procurou cancelar as associações deterministas entre raça e cultura, sugerindo que a modernização da sociedade norte-americana tenderia a uniformizar a cultura e, finalmente, a assimilar os diversos agrupamentos étnico-raciais. Já a segunda estratégia boasiana estava calcada na concepção relativista e anti-etnocêntrica de que cada cultura deveria ser entendida em seus próprios termos e na sua contribuição específica à civilização. Boas nunca chegou a uma conclusão definitiva sobre as contradições existentes entre seu universalismo e seu compromisso com relação às minorias culturais (cf. Jackson, 1986, p. 95).

¹⁸ Os contatos de Herskovits com o Brasil se estreitaram a partir do 1º Congresso Afro-brasileiro, ocorrido em 1934. Provavelmente por meio de Gilberto Freyre ou Arthur Ramos, Herskovits enviou dois trabalhos ao evento: um sobre etno-história dos negros no “Novo Mundo” e outro, de natureza etnográfica, sobre a arte no Dahomé (cf. Herskovits, [1935] 1988a, p. 195-197; [1935] 1988b, p. 227-235). Em janeiro de 1937, Herskovits submeteu ao 2º Congresso Afro-brasileiro, realizado na Bahia, um trabalho sobre o sincretismo religioso, atentando, especialmente, para as relações entre as divindades africanas e os santos católicos no “Novo Mundo” (cf. Herskovits, 1940, p. 19-29).

¹⁹ Em carta a Alfred Métraux de 19/8/1952, René Ribeiro afirma que a pesquisa da UNESCO foi um importante aprendizado na medida em que “explorei um campo que para mim era praticamente desconhecido. [...] Pude contrastar melhor o nosso sistema de relações raciais com o de outras áreas do mundo e isso me foi muito instrutivo” (Arquivo da família de René Ribeiro).

²⁰ Quando da publicação em livro da pesquisa de São Paulo (Bastide & Fernandes, 1955), Gilberto Freyre voltou a criticar Paulo Duarte (*O Jornal*, 25/12/1955). Freyre volta a

fazer a história das ciências sociais no Brasil, reivindicando a precedência de experimentos prévios aos ocorridos em São Paulo contrapondo-se assim à versão de Paulo Duarte. Gilberto procura retificar, segundo sua visão, “generalizações sobre o moderno ensino da Sociologia e da Antropologia no Brasil”. Nesse sentido, cita as experiências do Museu Nacional (Roquette Pinto e Frões da Fonseca), de Nina Rodrigues e seus discípulos e, finalmente, a sua atuação na Universidade do Distrito Federal. Neste último caso, Freyre relata que “a primeira cátedra de Antropologia Social, no Brasil, foi a que tive (...) a honra de inaugurar na Universidade do Distrito Federal, em 1935: cátedra estabelecida por sugestão nossa e por iniciativa do professor Anísio Teixeira. Na mesma Universidade inaugurei e ocupei de 1935 a 1938 a cátedra de Sociologia – parece que cientificamente orientada – que em 1936 desdobrou-se noutra de Psicologia Social. Tentativas talvez não de todo *individuais* (...)” (*Anhembi*, XXII (64): 103-104, 1956)

- ²¹ O contato de Gilberto Freyre com Alfred Métraux ocorreu em 1951 e não, como o autor afirma, em 1950. Cabe lembrar também que nos relatórios de Alfred Métraux à UNESCO, ou na correspondência estabelecida entre Métraux e membros do IJN, não aparece qualquer indício da veemência de Freyre ao reivindicar a incorporação de Recife à pesquisa da UNESCO. Trata-se de um relato *a posteriori* do episódio, no calor das controvérsias de Gilberto Freyre com seus críticos e, particularmente, com alguns participantes do projeto UNESCO. É importante ressaltar que Métraux convidou Gilberto Freyre para escrever um livro, que seria o volume introdutório das publicações do projeto UNESCO. Métraux chegou a alocar US\$ 500.00 para o trabalho a ser desenvolvido pelo sociólogo brasileiro. Em carta a René Ribeiro, de 31/03/1952, Alfred Métraux comenta que sugeriu a Freyre que fizesse “uma introdução histórica ao problema das relações raciais no Brasil. Eu lhe pedi qualquer coisa muito simples: um resumo de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*”. Gilberto Freyre nunca chegou a escrever o livro. Alegou a necessidade de conhecer os outros trabalhos previamente. Métraux ficou decepcionado (Carta de Alfred Métraux a René Ribeiro, 21/04/1952, Arquivo da Família de René Ribeiro). No entanto, Freyre chegou a participar, com um artigo em um número especial da revista *Courier* sobre o projeto UNESCO (Freyre, 1952). Obviamente a recusa em realizar um trabalho introdutório sem o conhecimento prévio dos resultados das pesquisas realizadas pelo projeto UNESCO indicava, de algum modo, a preocupação de Freyre com as críticas à sua produção sociológica.

MAIO, Marcos Chor. A time for controversy: Gilberto Freyre and the UNESCO Project (Brazil). *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1): 111-136, May 1999.

UNITERMS:
Gilberto Freyre,
René Ribeiro,
history of Social
Sciences in Brazil,
race relations,
UNESCO.

ABSTRACT: This article sets out to analyze the circumstances that led the Brazilian sociologist Gilberto Freyre to press for the belated inclusion of his home state of Pernambuco in the cycle of research projects on race relations in Brazil, promoted by UNESCO in the early 1950s. It also reviews the actual results of this research project, conducted by Freyre's associate René Ribeiro. The text uses the analysis of the context in which emerged the first criticisms of Freyre's work to demonstrate that he made an effort to strengthen the recently created Instituto Joaquim Nabuco (IJN), with which he hoped to institutionalize his own brand of sociology and to engage in debates with his critics. This explains the importance of the collaboration of Ribeiro, a physician-anthropologist who combined two distinct traditions in his training: the school of social-medical studies developed during the 1930s in Pernambuco, and the anthropological specialization acquired under Melville Herskovits, during the late 1940s. He also had direct contact with Brazil's Mid-South region, particularly with the scholars of the Escola Livre de Sociologia e Política, in São Paulo. In this manner, Freyre prepared for the confrontations with the institutionalized social sciences, that were questioning his essayistic brand of sociological studies. The UNESCO project is a precise indicator of these times of controversy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. (1994) *Guerra epaz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- AZEREDO, Paulo Roberto. (1986) *Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo, FFLCH-USP.
- AZEVEDO, Thales de. (1953) *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, UNESCO.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (orgs.). (1955) *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi.
- BASTOS, Élide Rugai. (1988) Um debate sobre a questão do negro no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2(2): 20-26.
- CÂNDIDO, Antônio. (1945) Depoimento. In: NEME, M. (org.). *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre, Globo, p. 29-40.
- CANTRIL, Hadley (ed.). (1948) *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antônio. (1990) O Espírito da aldeia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 27: 45-66.
- CORRÊA, Mariza. (1982) *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo, 405 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CORREIA LEITE, José. (1947) O Esgar do Sr. Paulo Duarte. *Alvorada*, São Paulo, III (25), 13 de maio.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1947) O negro no futebol brasileiro. *Sociologia*, São Paulo, IX (2): 181-184.
- _____. (1953) *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- DUARTE, Paulo. (1947) Negros do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 16/04, p. 5-6.
- _____. (1953) Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. *Anhembi*, São Paulo, X (30): 433 - 435.
- FERNANDES, Florestan. (1977) Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. In: _____. *A sociologia no Brasil*. 1ª edição 1956. Petrópolis, Editora Vozes, p. 25-49.
- FRAZIER, Franklin. (1942) The negro family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review*, New York, 7 (4): 465-478.
- FRESTON, Paul. (1989) Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, p. 316-358.
- FREYRE, Gilberto. (1922) Social life in Brazil in the middle of nineteenth century. *The Hispanic American Historical Review*, Baltimore, 5(4): 597-630.
- _____. (1938) *Casa-grande & senzala*. 1ª edição 1933. Rio de Janeiro, Schmidt Editor.

- _____. (1939) The negro in brazilian culture. *Inter-American Quaterly*, Washington, **1**(1): 69-75.
- _____. (1940) Some aspects of the social development of portuguese America. In: GRIFFIN C. (org.). *Concerning Latin American culture*. New York, Columbia University Press, p. 79-103.
- _____. (1945) *Brazil: an interpretation*. New York, Alfred A. Knop.
- _____. (1946) *The masters and the slaves*. New York, Alfred A. Knop.
- _____. (1948) Internationalizing social science. In: Cantrill H. (ed). *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press.
- _____. (1950) A propósito de relações entre raças e culturas no Brasil. *O Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/09.
- _____. (1951) Mestre Métraux em Salvador da Bahia. *O Cruzeiro*, RJ, 8/09.
- _____. (1952) The negros's role in brazilian history. *Courier*, Paris, aug-set, p. 7-8.
- _____. (1956) Prefácio. In: RIBEIRO R. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, p. 5-31.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1954) O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, **2**: 189-230.
- HELLWIG, David. (1991) Edward Franklin Frazier's Brazil. *The Western Journal of Black Studies*, Whashington, **15** (2): 87-94.
- HERSKOVITS, Melville. (1940) Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro do novo mundo. In: CARNEIRO, E. & FERRAZ, A. (orgs.). *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1943) The negro in Bahia, Brazil: a problem in method. *American Sociological Review*, New York, **VIII**: 394-402.
- _____. (1967) Pesquisas etnológicas na Bahia. *Afro-Ásia*. 1ª edição 1943. Salvador, **4-5**: 89-106.
- _____. (1988a) Procedência dos negros do novo mundo. In: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros*. Volume 1. 1ª edição 1935. Recife, Massangana.
- _____. (1988b) A arte de bronze e do pano em Dahomé. In: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros*. Volume 1. 1ª edição 1935. Recife, Massangana.
- HUTZLER, Celina Ribeiro. (1987) Ulysses Pernambucano: psiquiatra social. *Ciência & Trópico*, Recife, **15** (1): 23-40.
- _____. (1997) Antropologia em Pernambuco: tradição e atualidade. *V Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste*, Recife.
- JACKSON, Walter. (1986) Melville Herskovits and the search for afro-american culture. In: STOCKING JR., G. (org.). *Malinowski, Rivers, Benedict and others: essays on culture and personality*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 95-126.
- _____. (1991) *Gunnar Myrdal and America's conscience: social engineering & racial liberalism: 1938-1987*. Chapel Hill, University of North Caroline.
- JUCÁ, Joselice. (1991) *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo*. Recife, Editora Massangana.

- JUDICE, Valéria Maria Martins. (1992) *Ciência de aventura e ciência de resultados: caminhos científicos em Pernambuco*. Pernambuco, 183 p. dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco.
- LINS DO REGO, José. (1947) Paciência, meu branco. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19/04.
- MAIO, Marcos Chor. (1999) Estoque semita: a presença dos judeus em Casa-grande & senzala. *Luso-Brazilian Review*, Madison, 36(1): 1-16. (no prelo)
- _____. (1998) O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Caxambu, *XXII Encontro Anual da ANPOCS*, GT: Pensamento Social no Brasil, p. 1-26 (mimeo).
- _____. (1997a) *A história do projeto UNESCO: estudos raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 346 p. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- _____. (1997b) Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, Rio de Janeiro, 40(1): 127-162.
- MENEZES, Diogo. (1991) *Gilberto Freyre*. 1ª edição 1944. Recife, Massangana.
- MERRIAM, Alan P. (1964) Melville Jean Herskovits. *American Anthropologist*, Washington, 66(1): 83-109.
- MÉTRAUX, Alfred. (1950) UNESCO and the racial problem. *International Social Science Bulletin*, Paris, II(3): 384-390.
- MILLIET, Sérgio. (1947) O preconceito de cor. *O Estado de S. Paulo*, 9/05.
- MOTTA, Roberto. (1993) René Ribeiro (1914-1990). *Anuário Antropológico/90*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- NOGUEIRA, Oracy. (1955) Relações raciais no município de Itapetininga. In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. (orgs.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi.
- ORTIZ, Renato. (1990) Notas Sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 27: 163-179.
- PERRUCCI, Gadiel. (1986) Um projeto oligárquico-liberal de Universidade (notas para uma história da UFPE). *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 2(2): 505-520.
- PIERSON, Donald. (1945) *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1947) The masters and the slaves: a study in the development of brazilian civilization. *American Sociological Review*, New York, 12(5): 607-609.
- _____. (1968) *Teoria e pesquisa em sociologia*. 1ª edição 1945. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1987) Algumas atividades em prol da Antropologia e outras ciências sociais. In: CORRÊA, M. (org.). *História da Antropologia no Brasil*. São Paulo, Editora da Unicamp/Vértice, p. 29-116.
- QUEIROZ, Raquel de. (1947) Linha de Cor. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 24/05.
- RAMOS, Arthur. (1942) *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, Compa-

nhia Editora Nacional.

- RIBEIRO, René. (1945) On the “amaziado” relationship and other aspects of family in Recife. *American Sociological Review*, New York, X(1): 44-51.
- _____. (1956) *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- _____. (1963) Melville J. Herskovits: o estudo da cultura e o fator humano. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, XIV: 377-422.
- _____. (1978) *Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social*. 1ª edição 1952. Recife, IJNPS.
- _____. (1982) *Antropologia da religião e outros estudos*. Recife, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco.
- _____. (1984a) Tempo de Experiência. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 14-15 (1-2): 83-100.
- _____. (1984b) Depoimento dado a Mariza Corrêa. *Projeto História da Antropologia No Brasil*. IFCH, UNICAMP.
- _____. (1988) Prefácio. In: RAMOS, A. *O negro Brasileiro*. 2ª edição. Recife, Massangana.
- _____. (1990) *René Ribeiro, professor emérito*. Recife, Massangana.
- _____. (1991) Anos heróicos do Instituto Joaquim Nabuco. *Ciência & Trópico*, Recife, 19(1): 159-164.
- _____ & HUTZLER, Celina Ribeiro. (1991) A institucionalização da antropologia cultural na Universidade Federal de Pernambuco. In: BOMENY, H. & BIRMAN, P. (orgs.). *As assim chamadas ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/UERJ.
- SORÁ, Gustavo. (1998) A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de “Casa-grande & senzala” de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 13(36): 98-139.
- SOUTO-MAIOR, Heraldo. (1997) Para uma História da Sociologia em Pernambuco. Trabalho apresentado na Mesa Redonda *A Sociologia da Sociologia Brasileira* na Reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizada em Brasília, DF, de 7 a 9 de agosto.
- _____. (1998) Para uma história da sociologia em Pernambuco (mimeo).
- STEPAN, Nancy L. (1991) *“The hour of eugenics”: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca and London, Cornell University Press.
- TANNENBAUM, Frank. (1992) *Slave and citizen*. 1ª edição 1946. Boston, Beacon Press.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. (1996) Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, p. 85-106.
- WAGLEY, Charles *et alii*. (1952) *Race and class in rural Brazil*. Paris, UNESCO.